



Simulado Especial

ISS Porto Alegre

Auditor Fiscal Tributário

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial ISS Porto Alegre - RS (Auditor Fiscal Tributário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal Tributário do ISS Porto Alegre**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/CiJHYfRfV4pB5S6c8>

01 - ABCDE	33 - ABCDE	65 - ABCDE	97 - ABCDE	129 - ABCDE
02 - ABCDE	34 - ABCDE	66 - ABCDE	98 - ABCDE	130 - ABCDE
03 - ABCDE	35 - ABCDE	67 - ABCDE	99 - ABCDE	131 - ABCDE
04 - ABCDE	36 - ABCDE	68 - ABCDE	100 - ABCDE	132 - ABCDE
05 - ABCDE	37 - ABCDE	69 - ABCDE	101 - ABCDE	133 - ABCDE
06 - ABCDE	38 - ABCDE	70 - ABCDE	102 - ABCDE	134 - ABCDE
07 - ABCDE	39 - ABCDE	71 - ABCDE	103 - ABCDE	135 - ABCDE
08 - ABCDE	40 - ABCDE	72 - ABCDE	104 - ABCDE	136 - ABCDE
09 - ABCDE	41 - ABCDE	73 - ABCDE	105 - ABCDE	137 - ABCDE
10 - ABCDE	42 - ABCDE	74 - ABCDE	106 - ABCDE	138 - ABCDE
11 - ABCDE	43 - ABCDE	75 - ABCDE	107 - ABCDE	139 - ABCDE
12 - ABCDE	44 - ABCDE	76 - ABCDE	108 - ABCDE	140 - ABCDE
13 - ABCDE	45 - ABCDE	77 - ABCDE	109 - ABCDE	141 - ABCDE
14 - ABCDE	46 - ABCDE	78 - ABCDE	110 - ABCDE	142 - ABCDE
15 - ABCDE	47 - ABCDE	79 - ABCDE	111 - ABCDE	143 - ABCDE
16 - ABCDE	48 - ABCDE	80 - ABCDE	112 - ABCDE	144 - ABCDE
17 - ABCDE	49 - ABCDE	81 - ABCDE	113 - ABCDE	145 - ABCDE
18 - ABCDE	50 - ABCDE	82 - ABCDE	114 - ABCDE	146 - ABCDE
19 - ABCDE	51 - ABCDE	83 - ABCDE	115 - ABCDE	147 - ABCDE
20 - ABCDE	52 - ABCDE	84 - ABCDE	116 - ABCDE	148 - ABCDE
21 - ABCDE	53 - ABCDE	85 - ABCDE	117 - ABCDE	149 - ABCDE
22 - ABCDE	54 - ABCDE	86 - ABCDE	118 - ABCDE	150 - ABCDE
23 - ABCDE	55 - ABCDE	87 - ABCDE	119 - ABCDE	151 - ABCDE
24 - ABCDE	56 - ABCDE	88 - ABCDE	120 - ABCDE	152 - ABCDE
25 - ABCDE	57 - ABCDE	89 - ABCDE	121 - ABCDE	153 - ABCDE
26 - ABCDE	58 - ABCDE	90 - ABCDE	122 - ABCDE	154 - ABCDE
27 - ABCDE	59 - ABCDE	91 - ABCDE	123 - ABCDE	155 - ABCDE
28 - ABCDE	60 - ABCDE	92 - ABCDE	124 - ABCDE	156 - ABCDE
29 - ABCDE	61 - ABCDE	93 - ABCDE	125 - ABCDE	157 - ABCDE
30 - ABCDE	62 - ABCDE	94 - ABCDE	126 - ABCDE	158 - ABCDE
31 - ABCDE	63 - ABCDE	95 - ABCDE	127 - ABCDE	159 - ABCDE
32 - ABCDE	64 - ABCDE	96 - ABCDE	128 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/d2jt>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***NIEMEYER**

Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares Filho, mais conhecido como Oscar Niemeyer, nasceu em 15 de dezembro de 1907 no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e durante anos morou na casa de seu avô, Ribeiro de Almeida, em Maricá. Casou-se em 1928 com Annita Baldo. Dessa relação teve Anna Maria, sua única filha.

Aos 23 anos foi estudar na Escola Nacional de Belas Artes. Estagiou no escritório de Lúcio Costa, onde participou do projeto do Ministério da Educação. Niemeyer ganhou o mundo com projetos ousados e revolucionários. Itália, França, Argélia e até a ONU conheceram os traços desse ousado brasileiro. É autor de vários projetos importantes no Brasil como Brasília, o conjunto da Pampulha e o Sambódromo do Rio.

“Minha família vinha de Maricá. Meu avô Ribeiro de Almeida nasceu lá. Já meu avô Niemeyer não o conheci. Sempre morei com esse avô Ribeiro de Almeida. Ele foi juiz de direito em Maricá e depois foi para o Rio. Ele chegou a ministro do Supremo, e a casa era muito frequentada. Ele era um sujeito correto. De modo que, em tempos de esculhambação, a lembrança dele é muito boa.”

Texto editado. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/maricaense-oscar-niemeyer-e-suahistoria-com-a-cidade/>

01. De que acordo com o texto, pode-se afirmar que Niemeyer:

- I. nasceu em Laranjeiras e foi viver em Maricá.
 - II. Era neto de Ribeiro de Almeida, o qual não conheceu.
 - III. Em Maricá, viveu na casa construída na antiga fazenda de seu avô.
 - IV. Aos 23 anos, estagiou no escritório de Lúcio Costa.
- Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e IV.

- c) Apenas II.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) Apenas II, III.

02. Considerando o último parágrafo do texto, infere-se que a relação de Niemeyer com seu avô, Ribeiro de Almeida, era:

- a) distante, ainda que morassem na mesma cidade.
- b) marcada pela ausência, já que Niemeyer não convivia com esse avô.
- c) carregada de admiração e respeito.
- d) conflituosa, devido às diferenças de valores entre eles.
- e) formal e sem laços afetivos.

03. Considerando a regência verbal, o uso do acento indicativo de crase e demais regras gramaticais da Língua Portuguesa, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase a seguir.

"Seu avô estava doente _____ mais de um mês. Veio _____ falecer na semana passada. Por isso, ele não compareceu _____ aulas."

- a) a, a, as
- b) há, à, as
- c) à, a, às
- d) a, à, às
- e) há, a, às

04. A palavra “antissocial” está escrita corretamente. O mesmo ocorre com a grafia do termo:

- a) pré-adolescente
- b) para-quedas
- c) anti-americano
- d) dia-a-dia
- e) interregional

- *Constantemente você precisa provar e comprovar que é quem diz ser. Embora pareça, essa não é uma questão filosófica.*

05. A conjunção “Embora”, na frase acima, expressa uma:

- a) Conformidade.
- b) Concessão.
- c) Condição.
- d) Conclusão.
- e) Causa.

06. Assinale a alternativa em que o termo sublinhado tem a função sintática de objeto direto.

- a) Toda a riqueza do mundo não vale um bom amigo.
- b) Quando entrou em vigor a reforma trabalhista, os políticos comemoraram.
- c) Há estudos que mostram que os oceanos terão mais plásticos do que peixes.
- d) Os pais viviam preocupados com as atitudes do filho.
- e) Surpreendeu a todos a resposta do entrevistado.

07. A parte sublinhada do período “Não existem indícios suficientes de que o tratamento funcione” corresponde a uma oração:

- a) Coordenada assindética.
- b) Coordenada sindética.
- c) Subordinada adjetiva.
- d) Subordinada substantiva.
- e) Subordinada adverbial.

08. Assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade de junção adequada dos dois períodos a seguir, por meio de conjunção, sem que haja alteração significativa do sentido original do texto.

O projeto foi aprovado no Senado. Ainda falta determinar o prazo para a medida entrar em vigor.

- a) O projeto foi aprovado no Senado, porém ainda falta determinar o prazo para a medida entrar em vigor.
- b) O projeto foi aprovado no Senado, visto que ainda falta determinar o prazo para a medida entrar em vigor.
- c) O projeto foi aprovado no Senado, portanto ainda falta determinar o prazo para a medida entrar em vigor.
- d) O projeto foi aprovado no Senado, pois ainda falta determinar o prazo para a medida entrar em vigor.
- e) O projeto foi aprovado no Senado, à medida que ainda falta determinar o prazo para a medida entrar em vigor.

09. Analise as assertivas abaixo a respeito do período a seguir:

Suponho que todos lemos aquilo que parece nos interessar mais.

- I. O período é formado por duas orações.
 - II. A segunda ocorrência do termo “que” tem a função sintática de objeto direto.
 - III. O termo “todos” tem a função sintática de sujeito.
- Quais estão corretas?
- a) Apenas I.
 - b) Apenas II.
 - c) Apenas III.
 - d) Apenas I e III.
 - e) Apenas II e III.

10. Considerando a frase “Um número cada vez maior de países corta tributos para atrair empresas”, assinale a alternativa que classifica, correta e respectivamente, as palavras sublinhadas.

- a) Numeral – verbo – conjunção.
- b) Artigo – preposição – artigo.
- c) Pronome – substantivo – preposição.
- d) Artigo – verbo – preposição.
- e) Pronome – verbo – artigo.

Em 2013, na região metropolitana de São Paulo, _____ 100 veículos de passageiros para cada ônibus e 30 para cada caminhão. O consumo médio por veículo de passageiros _____ de 55% de gasolina para 45% de etanol. Outros estudos ao redor do mundo _____ focado no papel do uso de biocombustíveis na redução de emissão de poluentes.

11. Considerando a concordância verbal, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas

- a) havia - eram - tem
- b) havia - era - têm
- c) haviam - era - tem
- d) haviam - eram - têm
- e) havia - eram - têm

12. Considerando a concordância nominal, a frase correta é:

- a) Ela estava meia cansada após o treino.
- b) Foi muito comentado pelos jornais a fala do Presidente.
- c) O conhecimento dos tecidos são importantes para lavar a roupa corretamente.
- d) A visibilidade e o brilho das estrelas eram necessárias para a tradição dos povos primitivos.
- e) Os pais e as professoras ficaram muito satisfeitos com os resultados dos alunos.

13. Assinale a alternativa na qual NÃO ocorre o emprego de linguagem figurada.

- a) Alguns políticos são farinha do mesmo saco.
- b) Nostalgia é querermos voltar para um lugar que nunca existiu.
- c) Há uma febre de pesquisas espaciais em busca de vida extraterrestre.
- d) O coração dela está cheio de ódio.
- e) Escolas, vale lembrar, atuam numa via de mão dupla.

A mensagem serve também para empresas e instituições de ensino que estejam interessadas em desenvolver seus potenciais (colaboradores e alunos). As competências comportamentais, ou "soft skills", são tão ou mais desejadas que as técnicas. O problema é que elas não são tão fáceis de serem desenvolvidas.

14. No que se refere à coesão textual, o pronome sublinhado está retomando:

- a) empresas
- b) técnicas
- c) competências comportamentais
- d) instituições de ensino
- e) mensagem

15. Assinale a alternativa que indica a correta conversão da frase “O estudo usou uma ampla amostragem” para a voz passiva.

- a) Uma ampla amostragem usar-se-á pelo estudo.
- b) Uma ampla amostragem foi usada pelo estudo.
- c) Uma ampla amostragem será usada pelo estudo.
- d) O estudo fez uso de uma ampla amostragem.
- e) O estudo havia usado uma ampla amostragem.

16. Assinale a alternativa correta em relação à pontuação, de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

- a) Maria, que é minha colega de trabalho, e eu fomos ao cinema ontem.
- b) Os alunos, que não entregaram a tarefa estão preocupados com a nota.
- c) João, pediu que comprássemos pão, leite e ovos, para o café da manhã.
- d) No sábado à noite vi um filme emocionante, com minha família.
- e) Todos os cidadãos brasileiros, são iguais perante a lei, conforme a Constituição Federal.

Ações afirmativas não podem servir de álibi para continuarmos oferecendo formação inferior aos filhos das classes mais desfavorecidas. Até porque propiciar acesso à universidade a alguns desses jovens deixa muita coisa por resolver.

17. Para conservar o sentido original da mensagem, considerando o conjunto de informações e afirmações que a cercam no texto, o vocábulo “propiciar” poderia ser substituído por:

- a) provocar
- b) oferecer.
- c) realizar.
- d) permitir.
- e) pacificar.

- O melhor é recorrer _____ bom senso.
- Joana aspira _____ carreira de sucesso.
- No meio da faxina, deparou-se _____ foto da filha.

18. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas nas frases:

- a) do - uma - com a
- b) ao - uma - à
- c) para o - a uma - a
- d) ao - a uma - com a
- e) ao - uma - a

19. A palavra sublinhada em “Pedi um café demasiado quente para ser bebido imediatamente” é classificada morfologicamente como:

- a) Adjetivo
- b) Advérbio
- c) Substantivo
- d) Pronome
- e) Artigo

- “A saudade abraçou-me tão sincera!”
- “Amo-te assim: meio odiosamente.”

20. Nas frases apresentados acima, encontram-se, respectivamente, as seguintes figuras de linguagem:

- a) personificação, hipérbole
- b) metáfora, antítese
- c) catacrese, metonímia
- d) eufemismo, catacrese
- e) personificação, antítese

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

21. De forma simplificada, pode-se dizer que o direito administrativo é o conjunto de princípios e normas que rege a administração pública. Por outro lado, as fontes representam as bases, as origens do direito administrativo. Nesse sentido, é fonte principal e primária do Direito Administrativo:

- a) os costumes.
- b) a jurisprudência.
- c) as decisões judiciais *inter partes*.
- d) a doutrina.
- e) as decisões judiciais com eficácia *erga omnes*.

22. Acerca do regime jurídico administrativo e da aplicação dos princípios constitucionais da administração pública, assinale a opção correta:

- a) os princípios administrativos são comandos absolutos, que não admitem ponderação na sua aplicação aos casos concretos.
- b) a indicação de parentes para ocupar cargos públicos, denominada de nepotismo, configura uma limitação imposta pelo princípio constitucional da moralidade e, no atual ordenamento, importa ato de improbidade administrativa quando realizada de forma dolosa.
- c) com base no princípio da legalidade, a administração fica impedida de atuar com discricionariedade.
- d) o princípio da eficiência, originário do *caput* do art. 37 da Constituição desde sua publicação, em 1988, impõe ao administrador uma atuação racional, de forma a obter melhores resultados.
- e) as informações públicas devem ser dotadas de confidencialidade, em respeito à privacidade dos cidadãos.

23. Acerca das entidades paraestatais, que atuam no terceiro setor, é correto afirmar que:

- a) as entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito público, sem fins lucrativos, instituídas por particulares que, como integrantes da Administração Pública, atuam em colaboração ao Estado na prestação de atividades de utilidade pública.
- b) as organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, criadas por meio de autorização legal, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.
- c) organização social é a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social.
- d) as organizações sociais devem necessariamente se submeter ao dever de licitar para celebrar contratos com terceiros.
- e) a qualificação das organizações sociais é feita através de procedimento licitatório na modalidade concurso, observados os princípios da administração pública.

24. Sobre os institutos da nomeação e posse em cargos públicos, assinale a alternativa correta, com base na jurisprudência atual do STF e STJ:

- a) a nomeação tardia a cargo público em decorrência de decisão judicial sempre gera direito à indenização.
- b) mesmo que ocorra arbitrariedade flagrante, não é possível pleitear indenização por nomeação tardia em concurso público.
- c) a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, gera direito às promoções ou progressões funcionais ocorridas no período.
- d) aplica-se a teoria do fato consumado para candidatos que assumiram o cargo público por força de decisão judicial provisória posteriormente revista, quando decorrido prazo superior a cinco anos desde a posse.
- e) a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público não gera direito à indenização, ainda que a demora tenha origem em erro reconhecido pela própria Administração Pública.

25. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é correto afirmar que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados é responsável por:

- a) zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.
- b) atuar como canal de comunicação entre os titulares de dados pessoais sensíveis.
- c) obter o consentimento do titular para transferência internacional de dados pessoais.
- d) realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis em nome do controlador.
- e) tomar as decisões referentes a anonimização e tratamento dos dados pessoais.

26. Em relação à responsabilidade civil estatal, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) o servidor, autor do ato danoso, é parte legítima para figurar ao lado do Estado ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos nas ações de responsabilidade civil.
- b) o Estado responde pela morte de detento dentro de estabelecimento prisional, com base na teoria da responsabilidade por risco integral.
- c) o Estado não responde objetivamente por danos decorrentes de crimes praticados por pessoas foragidas do sistema prisional, exceto se demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- d) o Estado responde de forma subjetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública.
- e) as ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, ocorridas durante o regime militar, devem observar o prazo de prescrição quinquenal.

27. Suponha que uma autarquia municipal pretenda adquirir bens produzidos por uma outra entidade integrante da administração pública, que foi criada para a produção desse tipo de bem. Nesse caso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece algumas regras e requisitos. Com base nessas informações, assinale a opção correta:

- a) não é possível realizar referida aquisição, pois a administração deve comprar e vender bens apenas de empresas particulares, vedadas transações diretas entre entidades públicas.
- b) a aquisição é possível, via dispensa de licitação, desde que o órgão ou entidade tenha sido criado para esse fim específico e que o preço contratado seja compatível com o praticado pelo mercado.
- c) trata-se de hipótese de licitação inexigível, desde que a entidade pública comprove sua notória especialização na área de atuação.
- d) a aquisição é possível, desde que observado, obrigatoriamente, o rito de contratação pela modalidade concorrência.
- e) trata-se de hipótese de licitação dispensável, sendo desnecessária a comprovação de compatibilidade de preços com os praticados no mercado, uma vez que a entidade compõe a Administração Pública.

28. Os órgãos públicos têm, cada vez mais, investido em tecnologia, disponibilizando informações aos cidadãos em suas páginas eletrônicas, atendendo ao dever de transparência na Administração Pública estabelecido pela Lei nº 12.527/2011. O acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter:

- a) informação primária, íntegra e autêntica, ainda que desatualizada.
- b) informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, mesmo quando o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- c) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, exceto as relativas à sua política.

d) informação relativa a resultados dos programas, exceto quanto aos indicadores propostos.

e) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

29. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), assinale a alternativa correta.

- a) a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica às pessoas que não sejam agentes públicos, ainda que induzam ou concorram dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- b) a penalidade de suspensão dos direitos políticos, nos casos dos atos que causam lesão ao erário, pode ser imposta pelo prazo de até oito anos.
- c) as pessoas jurídicas respondem nos termos da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Anticorrupção, desde que o ato de improbidade seja também sancionado como ato lesivo à administração pública previsto na lei nº 12.846/2013.
- d) a sanção de proibição de contratar com o poder público se aplica somente ao âmbito do ente público lesado pelo ato de improbidade, vedada a extensão para os demais entes da federação.
- e) eventuais ressarcimentos já ocorridos nas esferas criminal, civil e administrativa devem ser deduzidos do valor devido como reparação do dano, quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público e tiver por objeto os mesmos fatos.

30. No que se refere aos procedimentos auxiliares das licitações previstos na Lei nº 13.303/2016, que trata do Estatuto Jurídico das Estatais, assinale a alternativa correta:

- a) o procedimento de pré-qualificação será sigiloso, apesar de aberto à inscrição de qualquer interessado.
- b) os registros cadastrais poderão ser mantidos para efeito de habilitação dos inscritos em procedimentos licitatórios e serão válidos por um ano, no máximo.
- c) a existência de preços registrados obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir no prazo de um ano a contar do registro.
- d) a divulgação dos produtos e dos interessados que forem pré-qualificados é facultativa, a critério da autoridade competente.
- e) o catálogo eletrônico de padronização de compras não poderá ser utilizado em licitações que adotem o critério de julgamento de menor preço.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Considerando a doutrina constitucional brasileira, aponte a alternativa que descreve corretamente as características essenciais de uma Constituição rígida.

- a) Uma Constituição rígida é aquela que pode ser modificada da mesma forma que as leis ordinárias, desde que observados os quóruns específicos do Congresso Nacional.
- b) Uma Constituição rígida é aquela que, apesar de possuir um procedimento formal para sua alteração, permite que emendas sejam realizadas por simples decretos presidenciais, em situações de emergência.
- c) Uma Constituição rígida é caracterizada pela impossibilidade de modificação de qualquer de

suas normas, independentemente do procedimento adotado.

- d) Uma Constituição rígida exige um processo legislativo mais dificultoso e formalizado para a sua alteração, comparado com o necessário para a modificação de normas infraconstitucionais.
- e) Uma Constituição rígida é definida pela superioridade hierárquica das normas constitucionais em relação às normas infraconstitucionais, mas não impõe maiores dificuldades para sua modificação.

32. As normas constitucionais podem ser classificadas, quanto a sua aplicabilidade, como normas constitucionais de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. Sobre a norma de eficácia contida, é correto defini-la como:

- a) Norma que depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos, não sendo autoaplicável.
- b) Norma que não possui eficácia plena e imediata, necessitando de complementação legislativa para sua aplicação.
- c) Norma que possui aplicabilidade imediata e direta, mas que pode ter sua eficácia restringida por uma lei infraconstitucional.
- d) Norma que produz efeitos de forma imediata, integral e incondicionada, não podendo ser limitada por legislação infraconstitucional.
- e) Norma que possui aplicabilidade mediata, ou seja, seus efeitos dependem de um processo legislativo posterior para serem concretizados.

33. O poder constituinte é a base para a criação e modificação de uma constituição. No contexto do direito constitucional brasileiro, aponte a alternativa que descreve corretamente o Poder Constituinte Originário.

- a) É o poder responsável por emendar a Constituição vigente, respeitando os limites estabelecidos por ela.
- b) É o poder exercido pelo Judiciário para interpretar e aplicar a Constituição em casos concretos.
- c) É o poder criado pela Constituição para fiscalizar a atuação dos órgãos públicos.
- d) É o poder soberano e inicial responsável por elaborar uma nova Constituição, rompendo com a ordem jurídica anterior.
- e) É o poder conferido ao Presidente da República para sancionar ou vetar leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

34. A Constituição Federal de 1988 prevê mecanismos para a sua própria reforma. Considerando o processo de emenda constitucional no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser aprovada se obtiver, em cada casa do Congresso Nacional, o voto favorável de três quintos dos membros, em dois turnos de votação.
- b) A emenda à Constituição pode ser aprovada por maioria simples, desde que seja votada em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional.
- c) O Presidente da República pode, por decreto, emendar a Constituição em casos de urgência e relevância nacional.
- d) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada por qualquer cidadão, desde que consiga apoio de pelo menos um terço dos deputados federais.
- e) As cláusulas pétreas podem ser suprimidas, desde que a proposta de emenda seja aprovada por unanimidade no Senado Federal.

35. Tendo em vista a Interpretação das Normas Constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) O método de interpretação constitucional denominado tópico-problemático pressupõe a compreensão do problema concreto a resolver, havendo, nesse método, a primazia do problema sobre a norma.
- b) O método jurídico parte da premissa de que a Constituição é uma espécie do gênero lei, mas não deve ser interpretada a partir dos mesmos elementos utilizados para a interpretação das demais leis.
- c) O elemento lógico determina que a interpretação da norma jurídica deve considerar a sua finalidade, a razão por que foi criada.
- d) O método hermenêutico-concretizador se diferencia do tópico-problemático, pois dá prevalência ao problema e não ao texto constitucional.
- e) Para o método hermenêutico-concretizador, a interpretação constitucional deve levar em conta a ordem ou o sistema de valores subjacente à Constituição, assim como o sentido e a realidade que esta possui como elemento do processo de integração comunitária.

36. As cláusulas pétreas são disposições constitucionais que não podem ser abolidas por emendas, garantindo a preservação de determinados princípios fundamentais. No direito constitucional brasileiro, qual das alternativas a seguir NÃO é considerada uma cláusula pétrea pela Constituição Federal de 1988?

- a) A forma federativa de Estado.
- b) A separação dos Poderes.
- c) O voto direto, secreto, universal e periódico.
- d) A forma republicana de governo.
- e) Os direitos e garantias individuais.

37. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

38. Os Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988 estabelecem as bases do Estado brasileiro e orientam a aplicação das normas constitucionais. Indique a alternativa que descreve um dos fundamentos previstos na Constituição Federal.

- a) A Soberania reconhece a dignidade de cada pessoa como um valor fundamental que deve ser respeitado e promovido em todas as políticas e práticas do Estado.
- b) A Cidadania assegura a diversidade política e a livre concorrência de ideias e partidos no sistema democrático, garantindo que todas as correntes de pensamento possam se manifestar e participar.
- c) A Dignidade da Pessoa Humana, apesar da sua importância, não é considerada um fundamento,

mas sim um objetivo da República Federativa do Brasil.

- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária garante que o trabalho e a iniciativa privada são valores importantes para a construção da ordem econômica e social, promovendo o desenvolvimento e o bem-estar.
- e) O Pluralismo Político assegura a diversidade política e a livre concorrência de ideias e partidos no sistema democrático, garantindo que todas as correntes de pensamento possam se manifestar e participar.

39. A separação dos poderes é um princípio fundamental na Constituição Federal de 1988 e estabelece a autonomia entre os diferentes órgãos do governo. Assinale qual das alternativas a seguir corretamente descreve um aspecto da separação dos poderes previsto na Constituição Brasileira

- a) Cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) tem funções distintas e independentes e pode exercer funções de outro poder em situações excepcionais.
- b) O Presidente da República pode intervir diretamente no Legislativo para alterar projetos de lei em andamento.
- c) O Supremo Tribunal Federal pode criar leis e editar medidas provisórias em situações de emergência.
- d) Os ministros de Estado são responsáveis pela interpretação das leis e normas constitucionais, substituindo o Judiciário quando necessário.
- e) O Congresso Nacional pode realizar julgamentos e sentenças sobre casos penais e civis, além de legislar.

40. Os Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Federal de 1988 são essenciais para a proteção dos direitos individuais e coletivos. Aponte a alternativa que corretamente descreve um dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Brasileira.

- a) O direito de todos os cidadãos de serem protegidos contra todas as formas de discriminação, mas sem proteção específica para questões de gênero e raça.
- b) O direito à liberdade de expressão e à informação, incluindo a liberdade de imprensa e o direito de manifestar opiniões sem censura.
- c) O direito de todos os indivíduos de serem obrigados a prestar serviços militares em caso de necessidade nacional, sem exceções.
- d) O direito ao acesso gratuito a todos os serviços de saúde privados disponíveis, mesmo sem cobertura pública.
- e) O direito de todos os cidadãos de receberem informações de interesse coletivo, mas não o de receberem informações pessoais que constam em bancos de registros de entidades governamentais.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

41. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

42. Sabe-se que o valor dos juros correspondente a uma dívida que vence daqui a 3 anos é igual a R\$ 3.972,00, considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Esta mesma dívida, considerando uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre e com vencimento daqui a 1 ano, apresentaria um valor de juros (J), em reais, igual a

- a) 1200
- b) 1210
- c) 1220
- d) 1230
- e) 1240

43. Juan pegou um empréstimo de R\$ 1.500,00 a juros compostos de 10% ao mês para comprar uma televisão. Dois meses depois ele pagou R\$ 815,00 e dois meses após esse pagamento ele liquidou o empréstimo. Qual foi o valor do último pagamento?

- a) R\$ 1210,00
- b) R\$ 1110,00
- c) R\$ 1000,00
- d) R\$ 1150,00
- e) R\$ 960,00

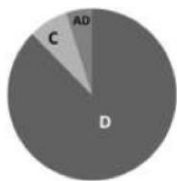
44. Ao descontar em um banco, 5 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 45.000,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 36.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 33.420,00
- b) R\$ 35.000,00
- c) R\$ 32.450,00
- d) R\$ 34.560,00
- e) R\$ 33.840,00

45. Uma pessoa tomou um empréstimo imobiliário no valor de R\$ 240.000,00 para ser pago em 120 prestações mensais pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa de 1,5% ao mês, sem carência, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês, e assim sucessivamente. Marque o valor mais próximo da décima segunda prestação.

- a) R\$ 5.270,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.300,00
- d) R\$ 5.360,00
- e) R\$ 5.330,00

46. Para fazer um gráfico de setores que representasse o número de alunos canhotos, destros e ambidestros em certo órgão público, a professora Maria fez o seguinte gráfico abaixo.



	Nº de alunos da sala de aula
Destros (D)	35
Canhotos (C)	3
Ambidestros (AD)	2

Quantos graus possui o setor circular correspondente aos destros no gráfico correto feito pela professora Maria?

- a) 300°.
- b) 310°.
- c) 315°.
- d) 320°.
- e) 325°.

47. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	Número de moradores
Residência 1	4
Residência 2	7
Residência 3	3
Residência 4	8
Residência 5	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

48. Uma amostra aleatória das quantidades de erros cometidos em 40 repartições públicas apresentou uma soma de 1000 erros e uma variância de 100 erros ao quadrado. Qual o coeficiente de variação dessa amostra?

- a) 0,25
- b) 0,40
- c) 0,625
- d) 1,60
- e) 2,50

49. A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, haver 0, 1, 2 ou 3 colisões de carros em um cruzamento.

Número de acidentes	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

A variância do número de acidentes é igual a:

- a) 1,53
- b) 1,61
- c) 1,74
- d) 1,87
- e) 1,98

50. Um estudo indica que, nas comunidades que vivem em clima muito frio e com uma dieta de baixa ingestão de gordura animal, a probabilidade de os casais terem filhos do sexo masculino é igual a $1/4$. Desse modo, a probabilidade de um casal ter dois meninos e três meninas é igual a:

- a) $37/64$
- b) $45/216$
- c) $1/64$
- d) $135/512$
- e) $9/16$

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

51. Assinale a alternativa que apresenta uma proposição lógica.

- a) Esta frase é falsa.
- b) Estude para a prova.
- c) João vai trabalhar hoje?
- d) $5 \times 8 = 58$.
- e) $x + 5 = 8$.

52. Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo têm, cada um deles, duas ocupações dentre as seguintes: advogado, professor, arquiteto, médico, coach e administrador. Não há coincidência de ocupações entre eles. A respeito dos três homens e de suas atividades, sabe-se ainda que:

- I. O advogado é vizinho do arquiteto.
- II. O coach e o arquiteto são amigos de Arnaldo.
- III. Bernaldo emprestou um livro ao coach.
- IV. Cernaldo é mais baixo que Bernaldo e que o médico.
- V. O advogado levou a irmã do médico ao aeroporto.
- VI. O médico teve aula com o professor.

Com base nessas informações, as ocupações de Bernaldo são:

- a) advogado e professor
- b) professor e arquiteto
- c) médico e administrador
- d) arquiteto e médico
- e) advogado e coach

53. Sejam P e Q proposições simples. Assinale a alternativa que apresenta uma contradição.

- a) $(\sim P \wedge Q) \wedge P$
- b) $P \Rightarrow \sim P$
- c) $(P \vee Q) \wedge \sim P$
- d) $\sim P \Leftrightarrow (P \wedge \sim Q)$
- e) $P \Rightarrow (\sim P \wedge \sim Q)$

54. Considere a seguinte tabela-verdade da proposição $(P \Rightarrow Q) \vee R$:

P	Q	R	$P \Rightarrow Q$	$(P \Rightarrow Q) \vee R$
V	V	V	?	?
V	V	F	?	?
V	F	V	?	x
V	F	F	?	y
F	V	V	?	z
F	V	F	?	?
F	F	V	?	?
F	F	F	?	?

Os valores lógicos V ou F que correspondem às incógnitas x, y e z são, respectivamente:

- a) V – V – V
- b) F – V – V
- c) V – F – V
- d) V – V – F
- e) F – F – V

55. Alguém diz: "não é verdade que se Pedro come lasanha, Joana bebe suco". É logicamente equivalente dizer:

- a) Se Joana não bebe suco, então Pedro não come lasanha.
- b) Pedro não come lasanha ou Joana bebe suco.
- c) Pedro come lasanha ou Joana não bebe suco.
- d) Pedro não come lasanha e Joana bebe suco.
- e) Pedro come lasanha e Joana não bebe suco.

56. Arnaldo mente apenas às terças-feiras, às quartas-feiras e às quintas-feiras, ao passo que Bernaldo mente apenas às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos. Além disso, Arnaldo e Bernaldo falam a verdade apenas nos dias em que não mentem. Sabendo disso, considere o seguinte diálogo ocorrido em certo dia:

X: —"Hoje não é segunda-feira."

Y: —"Hoje não é terça-feira."

Pode-se concluir que:

- a) X é Bernaldo, Y é Arnaldo, e o dia é segunda-feira
- b) X é Bernaldo, Y é Arnaldo, e o dia é terça-feira
- c) X é Bernaldo, Y é Arnaldo, e o dia é quinta-feira
- d) X é Arnaldo, Y é Bernaldo, e o dia é terça-feira
- e) X é Arnaldo, Y é Bernaldo, e o dia é segunda-feira

57. Uma mesa circular tem 7 lugares que serão ocupados por 7 participantes de uma reunião. Considerando essa situação hipotética, o número de formas diferentes para se ocupar esses lugares com os participantes da reunião é:

- a) 120
- b) 360
- c) 720
- d) 1024
- e) 5040

58. Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

Se Pedro é padeiro, então João é jardineiro.

Se Guilherme não é gari, então João não é jardineiro.

Se Guilherme é gari, então Pedro não é padeiro.

É correto deduzir que:

- a) Pedro não é padeiro
- b) Pedro é padeiro
- c) Guilherme não é gari
- d) Guilherme é gari
- e) João não é jardineiro

59. Considere a afirmação: "Ou estudo bastante ou não passo no concurso". A negação dessa afirmação é:

- a) Se eu estudo bastante, então eu passo no concurso.
- b) Se eu não estudo bastante, então eu passo no concurso.
- c) Ou não estudo bastante ou passo no concurso.
- d) Ou não estudo bastante ou não passo no concurso.
- e) Estudo bastante e não passo no concurso.

60. A negação lógica da proposição "Algum concurseiro é estudioso e é esforçado" é:

- a) Algum concurseiro não é estudioso nem esforçado.
- b) Existe um concurseiro que não é estudioso ou não é esforçado.
- c) Pelo menos um concurseiro não é estudioso ou esforçado.
- d) Todo concurseiro não é estudioso nem é esforçado.
- e) Todo concurseiro não é estudioso ou não é esforçado.

ECONOMIA*Celso Natale*

61. Ao tratar de Déficit e Dívida Pública, existe um conceito que se refere à diferença positiva entre a receita arrecadada pelo governo e os gastos públicos, excluindo os juros da dívida. Em outras palavras, é quando o governo arrecada mais dinheiro do que gasta, sem levar em consideração os pagamentos de juros sobre empréstimos e dívidas. Esse conceito é relevante porque indica a capacidade do governo de reduzir sua dívida, o que pode ajudar a estabilizar as finanças públicas a longo prazo. Com base nesse conceito e nos seus conhecimentos sobre Déficit e Dívida, analise as assertivas a seguir:

- I. o resultado fiscal, seja déficit ou superávit, é obtido pela atuação dos entes financeiros públicos, dentre os quais estão o Banco Central, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.
- II. o superávit primário considera também os juros líquidos da dívida pública no período em análise.
- III. o superávit primário é tido como a poupança do setor público, para que arque com os pagamentos de juros sobre a dívida pública.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I e II.

62. A respeito das características da curva de Laffer, é incorreto afirmar que:

- a) existe uma única alíquota tributária que minimiza a arrecadação tributária.
- b) há uma relação positiva ou negativa entre a alíquota de impostos e a arrecadação, a depender do nível da primeira;

- c) existe uma única alíquota tributária que maximiza a arrecadação tributária;
- d) aumentos excessivos da carga tributária podem elevar a evasão fiscal;
- e) níveis elevados da alíquota tributária podem estimular a informalidade;

FINANÇAS PÚBLICAS*Luciana Marinho*

63. Segundo a LRF, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a criação, previsão e efetiva auferição de todos os tributos da competência constitucional do ente federativo;
- b) Não é permitida a realização de transferências voluntárias para a entidade federativa que não observe o disposto no item anterior, no que se refere aos impostos.
- c) As previsões de receita deverão atender às normas técnicas e previstas em lei, considerarão as consequências das alterações na legislação, da mudança do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator importante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução no último triênio, da projeção para biênio seguinte àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- d) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- e) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no máximo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

64. De acordo com a LRF, assinale a alternativa correta:

- a) Serão consideradas autorizadas, regulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos requisitos legais de geração de despesa, desde que não causem prejuízo ao erário e atendam ao interesse público.
- b) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- c) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem compatibilidade orçamentária com a lei orçamentária anual e adequação com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Para os fins da LRF, considera-se adequada com a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
- e) Para os fins da LRF, considera-se compatível com o plano plurianual e a lei orçamentário anual, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

65. De acordo com a LRF, assinale a alternativa correta:

- a) Até um mês dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

b) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica, em caso de necessidade pública, não serão utilizados para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

c) Se verificado, ao final de um trimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato do Legislativo e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

d) Desde que justificadamente, serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

e) A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no sistema de pagamento de precatórios da Constituição.

66. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

67. De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

68. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.

e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

69. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Entre suas funções previstas na Constituição Federal de 1988:

- a) A LDO disporá sobre equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) A LDO trata sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- c) A LDO será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d) A LDO estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.
- e) A LDO disporá sobre mudanças que ocorrer na legislação tributária e estabelecerá em seus dispositivos a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

70. Os princípios orçamentários são linhas norteadoras para o próprio processo de elaboração do orçamento. Nesse contexto, a LOA deverá compreender a extensão de todas as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos, fundos, tanto da Administração direta quanto da indireta. O princípio que norteia esse dever é o princípio da

- a) discriminação.
- b) anuidade.
- c) unidade.
- d) universalidade.
- e) exatidão.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

71. Augusto é um renomado fotógrafo, que exerce sua atividade intelectual de maneira brilhante. Seus rendimentos são altos o que lhe proporciona uma vida confortável. Atuou como fotógrafo de eventos durante muito tempo, até que resolveu empreender e montar um estúdio com uma estrutura grande, contratando outros profissionais, de maneira que a sua profissão se tornou um dentre outros elementos de empresa. Em relação essa situação hipotética e a natureza jurídica atual de Augusto, marque a opção correta:

- a) será considerado empresário, ainda que tenha auxiliares e colaboradores, pois a sua profissão constitui um elemento de empresa.
- b) não será considerado empresário, já que a sua profissão é uma atividade intelectual.
- c) deve ser considerado empresário, já que se trata da constituição de uma sociedade empresária.
- d) percebe-se que o exercício de sua atividade se tornou uma empresa limitada de responsabilidade limitada.
- e) a atividade de fotógrafo não está regulamentada por lei, por isso, é considerado um empregado de empresa.

72. O exercício da atividade empresário pode ser feito por uma pessoa física exercendo empresa diretamente, conhecido como empresário individual ou pode ser que se faça a opção de montar uma sociedade, sendo que essa pode ser empresária ou simples. Sobre a inscrição e o registro desses exercentes de atividades econômicas, marque a opção correta:

- a) É facultada a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- b) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária, em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário não precisa ser registrada no registro da sede.
- c) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deve, observadas as formalidades, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- d) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados, sendo permitida cláusula que exclua um determinado sócio de participar dos lucros e das perdas.
- e) O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

73. Roberto resolveu montar um estabelecimento empresarial, juntou todos os bens necessários para essa concretização. Após um tempo de exercício da atividade relacionada a esse estabelecimento, foi feita a venda para outro empresário. Com base nas regras legais sobre estabelecimento, marque a opção correta:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, considera-se como tal, com finalidade jurídica específica, o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- b) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza, desde que não possa ser vendido em seguida.
- c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- d) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor não ficará exonerado se pagar ao cedente, ainda que de boa-fé.
- e) O instituto de estabelecimento é um conceito juridicamente ultrapassado, tendo em vista a revogação legal das regras que tratam sobre esse assunto, devendo-se levar em conta as questões de comércio virtual como substitutas do estabelecimento.

74. Sobre as sociedades limitadas, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade limitada, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- b) Na sociedade limitada tomam parte sócios de duas categorias: os limitados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os ostensivos, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- c) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social e pode ser constituída por uma ou mais pessoas.
- d) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, sendo que pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade, não obstante seja permitida contribuição que consista em prestação de serviços.
- e) A sociedade limitada não pode ter Conselho Fiscal, órgão tipicamente previsto para as sociedades anônimas.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

75. Sobre defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial, que não poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- c) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- d) Equipara-se à coação o temor reverencial.
- e) Em matéria de fraude contra credores, não se presumem fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívida que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

76. Sobre adimplemento e extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida, o que constitui modalidade de novação objetiva.
- b) A novação por substituição do devedor exige o consentimento deste.
- c) Se o novo devedor for insolvente, dispõe o credor de ação regressiva contra o primeiro.
- d) A novação não extingue os acessórios e garantias da dívida, salvo estipulação em contrário.
- e) Não podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.

77. Sobre aquisição e perda da propriedade imóvel, assinale a alternativa correta.

- a) Transfere-se por ato entre vivos ou *causa mortis* a propriedade imobiliária mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.
- b) O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial de registro e este o prenotar no protocolo.
- c) Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, salvo se o adquirente estiver de boa-fé.
- d) Aquele que, de boa-fé, semeia, planta ou edifica em terreno alheio, adquire as sementes, plantas e construções.
- e) O possuidor não pode, para efeito de contagem de prazo de usucapião, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores.

78. Sobre união estável e concubinato, assinale a alternativa correta.

- a) É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e com prazo superior a dois anos, estabelecida com o objetivo de constituir família.
- b) É possível, excepcionalmente, a união estável de pessoa casada.
- c) As relações entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito, assistência e coabitação.
- d) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação absoluta de bens.
- e) As relações não eventuais entre pessoas impedidas de casar podem ser reconhecidas como união estável.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

79. Conforme a teoria do crime, é correto afirmar:

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) o arrependimento eficaz é causa de diminuição de pena.
- c) para que surtam os efeitos previstos no art. 15 do CP, tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz devem ser voluntários e espontâneos.
- d) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um terço à metade.
- e) No arrependimento posterior, se a reparação do dano ocorre até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

80. Sobre o crime de descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A pena do crime de descaminho é aplicada em dobro se for praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.
- b) A Súmula Vinculante 24 do STF, que dispõe que não se tipifica crime material contra a ordem tributária, antes do lançamento definitivo do tributo é aplicável ao crime de descaminho.
- c) O princípio da insignificância não é aplicável ao crime de descaminho.
- d) A conduta de importar ou exportar mercadoria proibida configura crime de descaminho.
- e) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

BLOCO II**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO***Emannuelle Gouveia*

81. Certificados Eletrônicos, no Brasil, tem a sua solicitação registrada por:

- a) por autoridades certificadoras;
- b) empresas de segurança;
- c) pelo ICP Brasil;
- d) pelo Governo Federal;
- e) pelas autoridades registradoras.

82. Das letras abaixo marque aquela que não é um nome de variável válido no Python:

- a) Teste
- b) 1teste
- c) Teste_
- d) TESTE-
- e) Teste1

83. No R, qual a função do comando `data.frame()`

- a) lista os objetos criados no console
- b) lista arquivos de determinado diretório.
- c) carrega um pacote de dados.
- d) carrega dados específicos
- e) cria um data frame com os argumentos, nomeados ou não.

84. A eliminação de inconsistências consiste em:

- a) Eliminação de registros duplicados em tabelas.
- b) Disponibilizar a informação em um único local, com acesso descentralizado e podendo ser compartilhada com vários sistemas, evitando assim que o mesmo dado tenha valor diferentes em sistemas distintos.
- c) Definir quais os campos da tabela serão utilizados como chaves.
- d) Impedir que um determinado código ou chave em uma tabela não tenha correspondência em outra tabela
- e) Eliminação de entidades similares.

85. No SQL o comando que, ao ser utilizado apaga todos os registros da tabela e também a própria tabela é o:

- a) TRUNCATE TABLE
- b) DELETE FROM * TABLE
- c) DROP TABLE
- d) DELETE RECORD
- e) REMOVE RECORD

86. Das letras abaixo marque aquela que não representa uma característica do MongoDB

- a) Replicação
- b) Sharding
- c) Alta Performance
- d) Orientado a Grafo.
- e) Linguagem de consulta rica.

87. No teorema CAP o banco que entrega consistência e tolerância de partição em detrimento da disponibilidade é o:

- a) Banco de dados cp
- b) Banco de dados ca
- c) Banco de dados ap
- d) Banco de dados pa
- e) Banco de dados pp

88. São características comuns de uma arquitetura de big data:

- a) Escalabilidade e ausência de tolerância a falhas.
- b) Dados distribuídos e processamento centralizado.
- c) Dados distribuídos e processamento distribuído.
- d) ausência de escalabilidade e tolerância a falhas.
- e) escalabilidade e processamento centralizado.

89. Em PLN, o processo de reconhecer entidades em um texto, tais como pessoas, datas, organizações, localizações, entre outros é chamada de:

- a) tokenization
- b) stemming
- c) lemmatization
- d) Pos-tagging
- e) Named entity recognition

90. “Combina técnicas de estatística, mineração de dados e aprendizagem de máquina (Machine Learning) para encontrar significado em grandes quantidades de dados, trabalhando com probabilidades, entre outros para antecipar comportamentos futuros com base em eventos passados. Responde à pergunta: “O que vai acontecer?”

Essa é a definição da análise:

- a) diagnóstica
- b) prescritiva
- c) preditiva
- d) descritiva
- e) explanatória

91. Um banco de dados analítico nativo de software livre que fornece consultas SQL rápidas e interativas diretamente nos dados do Apache Hadoop é o:

- a) KUDU
- b) NIFI
- c) OOZIE
- d) IMPALA
- e) KAFKA

92. A característica do Data Warehouse que permite que os dados fiquem disponíveis apenas para que os usuários realizem consultas e façam relatórios que auxiliem a tomada de decisão por parte dos gestores de uma organização, sendo somente leitura para os usuários finais de um banco de dados é:

- a) orientado por assunto
- b) integrado
- c) histórico
- d) analítico
- e) Não Volátil

93. O objetivo do Data mining que determina que a mineração pode ser usada para mostrar como certos atributos de dados se comportarão no futuro é:

- a) Identificação
- b) Previsão
- c) Classificação
- d) Otimização
- e) Associação

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fernando Pedrosa

Acerca de **Python**, julgue os itens subsequentes.

94. Assinale a alternativa que define corretamente o tipo de dado das variáveis a, b e c, respectivamente:

a = ["alice", "bob", "charles"]

b = ("alice", "bob", "charles")

c = {"alice", "bob", "charles"}

- a) Tupla, Lista, Conjunto
- b) Conjunto, Lista, Tupla
- c) Lista, Conjunto, Tupla
- d) Tupla, Conjunto, Lista
- e) Lista, Tupla, Conjunto

95. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO indica corretamente uma característica do Scrum Team de acordo com o Scrum 2020.

- a) Multifuncionalidade, o que significa que os membros possuem todas as habilidades necessárias para criar valor a cada Sprint.
- b) Auto-organização, o que significa escolher a melhor forma de realizar (How-To) as tarefas.
- c) Coesão de profissionais focados em um objetivo de cada vez, a Meta do Produto.
- d) Composto, normalmente, por 10 ou menos pessoas.
- e) Empoderado, pela organização, para gerenciar seu próprio trabalho.

96. Sobre o evento de Sprint, no Scrum 2020, assinale a alternativa correta.

- a) É possível realizar mudanças durante a Sprint, mesmo que coloque a sua meta em risco, desde que negociadas com o Product Owner.
- b) É possível reduzir a qualidade do produto, com o objetivo de atender ao prazo da Sprint.
- c) O backlog do produto é fixo, pois seu refinamento só pode ocorrer durante o Planejamento da Sprint.
- d) É possível haver lacunas entre Sprints, ou seja, um tempo de ajuste que ocorre entre uma sprint e outra subsequente.
- e) Todo o trabalho necessário para atingir a meta do Produto, incluindo Sprint Planning, Daily Scrums, Sprint Review e Sprint Retrospective, acontece dentro de Sprints.

Acerca de **BPM**, julgue os itens subsequentes.

97. Ao desenhar um novo processo (modelo TO-BE), devemos levar em consideração um conjunto de melhores práticas. Levando essa melhores práticas em consideração, assinale a opção correta.

- a) Criar vários pontos de contato com o cliente por meio de representantes de instâncias de processos.
- b) Minimizar handoffs
- c) Evitar fluxos contínuos, de forma que o processo possa ser interrompido a qualquer momento, sempre que necessário.
- d) Considerar automação antes de redesenhar o processo.
- e) Combinar fluxos de trabalho diferentes em um único fluxo de trabalho.

98. Sobre conceitos e definições de BPM - Business Process Management - assinale a alternativa correta.

- a) BPM é uma disciplina tecnológica que funciona como uma estrutura de trabalho, metodologia ou conjunto de ferramentas.

b) O maior ganho na utilização de BPM se dá na otimização de atividades em uma área funcional específica, com o objetivo de entregar valor ao cliente.

c) A implementação de BPM geralmente utiliza a estrutura existente nas organizações, não sendo necessária a implementação de novos papéis ou responsabilidades.

d) A liderança de projetos BPM, devido ao elevado grau de automatização e tecnologias empregadas, geralmente é da área de Tecnologia da Informação.

e) A implementação de BPM normalmente se dá a partir dos níveis estratégicos e setores interfuncionais para assegurar um amplo envolvimento institucional.

Acerca de **COBIT 2019**, julgue os itens subsequentes.

99. Assinale a alternativa que define corretamente o que é o COBIT 2019.

- a) É uma descrição completa de todo ambiente de TI de uma organização
- b) É um Framework para gestão e governança empresarial de Informação & Tecnologia (I&T)
- c) É um framework de processos de negócio
- d) É um framework de tecnologias
- e) É uma descrição de Arquitetura Corporativa

Acerca de **ITIL 4**, julgue os itens subsequentes.

100. Na ITIL 4, quando deve ser realizada uma avaliação de risco completa e autorização para uma mudança padrão?

- a) Cada vez que a mudança padrão é implementada.
- b) Quando o procedimento para a mudança padrão é criado.
- c) Pelo menos uma vez por ano.
- d) Quando uma mudança de emergência é solicitada.

e) Sempre que for solicitado pela Autoridade da Mudança.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

101. Carlos, proprietário de uma empresa em dificuldades financeiras, decidiu alienar parte dos bens da empresa para quitar dívidas trabalhistas. No entanto, a empresa possui créditos tributários inscritos em dívida ativa. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta sobre a alienação desses bens, considerando as regras do Código Tributário Nacional:

- a) A alienação dos bens será válida, desde que os créditos trabalhistas sejam quitados.
- b) A alienação dos bens será considerada fraudulenta, independentemente da existência de dívidas trabalhistas.
- c) A alienação dos bens só não será considerada fraudulenta se Carlos reservar bens suficientes para o pagamento da dívida tributária.
- d) A alienação dos bens será válida independentemente da inscrição do crédito tributário como dívida ativa.
- e) A alienação dos bens será válida, desde que haja anuência da Fazenda Pública.

102. Assinale a alternativa incorreta sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) previsto na Emenda Constitucional nº 132, de 2023:

- a) O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais.
- b) A alíquota do IBS será fixada por meio de lei complementar federal.
- c) O IBS não incidirá sobre exportações de bens ou serviços.
- d) O IBS será não cumulativo.
- e) O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional.

103. Assinale a alternativa correta sobre a solidariedade no Código Tributário Nacional:

- a) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- b) A isenção outorgada pessoalmente a um dos obrigados exonera todos os demais.
- c) A interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados favorece apenas aquele que fez o pagamento.
- d) As pessoas que têm interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal são solidariamente obrigadas.
- e) A solidariedade comporta benefício de ordem.

104. De acordo com o Código Tributário Nacional, a concessão de recuperação judicial depende de:

- a) Prova de quitação de todos os tributos.
- b) Prova de quitação apenas do IRPJ.
- c) Certidão negativa apenas de débitos estaduais.
- d) Prova de quitação apenas do ICMS.
- e) Basta a comprovação de pagamento de taxas municipais.

105. Sobre a competência tributária dos Municípios, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O IPTU pode ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- () O ISS não pode incidir sobre exportações de serviços para o exterior.
- () O ITBI incide sobre a transmissão de direitos reais de garantia sobre imóveis.
- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) F, V, F

d) V, F, V

e) F, F, F

106. De acordo com o art. 205, do CTN, a lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

A Certidão Negativa será expedida em até quantos dias após o requerimento?

a) 5 dias

b) 7 dias

c) 10 dias

d) 15 dias

e) 30 dias

107. De acordo com a LC 123/06, o limite máximo de receita bruta anual para que uma empresa seja considerada de pequeno porte (EPP) é:

a) R\$ 360.000,00

b) R\$ 1.200.000,00

c) R\$ 2.400.000,00

d) R\$ 3.600.000,00

e) R\$ 4.800.000,00

108. Assinale a alternativa que contém um tributo que não é recolhido unificadamente no Simples Nacional:

a) ICMS

b) ISS

c) IPI

d) ITR

e) IRPJ

109. A empresa "XYZ" é uma empresa de pequeno porte que excedeu o limite de receita bruta anual em 18% durante o ano de 2023. Considerando as disposições da LC 123/06, o que acontecerá com o enquadramento dessa empresa:

a) A empresa será excluída do Simples Nacional imediatamente, com efeitos retroativos ao início de 2023.

b) A empresa continuará como empresa de pequeno porte no Simples Nacional até o fim de 2023.

c) A empresa será desenquadrada como empresa de pequeno porte e excluída do Simples Nacional com efeitos imediatos.

d) A empresa poderá escolher entre ser desenquadrada ou continuar no Simples Nacional até 2024.

e) A empresa será reclassificada como microempresa em 2024.

110. O município de X instituiu uma taxa para custear a coleta de lixo domiciliar, atribuindo como base de cálculo o valor venal do imóvel. João, proprietário de um imóvel na cidade, contestou a cobrança, alegando que a base de cálculo utilizada pelo município é ilegal. Com base no disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

a) João está errado, pois a base de cálculo da taxa pode ser fixada livremente pelo município.

b) João está errado, pois a base de cálculo da taxa pode coincidir com a base de cálculo do IPTU.

c) João está certo, pois a base de cálculo da taxa não pode ser idêntica à do imposto.

d) João está certo, pois a taxa só pode ser cobrada se houver utilização efetiva do serviço.

e) João está errado, pois a taxa é um tributo e, como tal, pode ter qualquer base de cálculo.

111. Considerando as regras sobre a competência tributária no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência tributária compreende a competência legislativa plena.
- b) A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- c) O não-exercício da competência tributária defere essa competência a outra pessoa jurídica de direito público.
- d) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos pode ser revogada a qualquer tempo.
- e) A delegação da função de arrecadar tributos a pessoas jurídicas de direito privado não constitui delegação de competência.

112. Considerando as normas da Lei 5.172/1966 sobre a vigência da legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) A legislação tributária dos Estados pode ter efeito extraterritorial, nos limites dos convênios de que participem.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.
- c) A lei que institui ou majora impostos sobre o patrimônio ou a renda entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte à sua publicação.
- d) As decisões de órgãos administrativos com eficácia normativa entram em vigor na data de sua publicação.
- e) Os tratados internacionais podem revogar a legislação tributária interna.

113. Durante uma auditoria fiscal, a empresa XYZ foi multada por não entregar uma declaração acessória exigida pela legislação tributária dentro do prazo estabelecido. A empresa argumenta que essa obrigação acessória não deveria ser convertida em penalidade pecuniária, já que o pagamento do tributo principal foi realizado

corretamente. Diante disso, a autoridade fiscal deve:

- a) Cancelar a multa, pois o pagamento do tributo principal foi realizado corretamente.
- b) Cancelar a multa, pois a obrigação acessória não pode ser convertida em obrigação principal.
- c) Manter a multa, pois a inobservância da obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- d) Manter a multa, apenas se o fato gerador da obrigação principal tiver sido desconsiderado.
- e) Aplicar uma nova penalidade por descumprimento da obrigação acessória.

114. Considerando as regras sobre a fiscalização e administração tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A legislação tributária pode regular a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização, não tendo aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- b) A autoridade administrativa federal pode requisitar o auxílio da força pública estadual no exercício de suas funções fiscais.
- c) A omissão de requisitos formais na certidão de dívida ativa não gera nulidade do processo de cobrança.
- d) A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez.
- e) A divulgação de informações sobre a situação econômica do sujeito passivo é vedada à Fazenda Pública, mas é possível divulgar a adesão do contribuinte a um programa de parcelamento.

115. Sobre as preferências do crédito tributário conforme o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O crédito tributário prefere a qualquer outro, inclusive aos decorrentes da legislação do trabalho.
- () Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- () Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos com garantia real no limite do valor do bem gravado.
- a) F, V, V
- b) V, F, V
- c) V, V, F
- d) F, V, F
- e) F, F, V

116. Assinale a alternativa incorreta sobre as disposições do Código Tributário Nacional relativas à extinção do crédito tributário:

- a) A prescrição ocorre após cinco anos contados da data da constituição definitiva do crédito tributário.
- b) O parcelamento extingue o crédito tributário sob condição resolutória do pagamento integral das parcelas.
- c) A dação em pagamento em bens imóveis é uma modalidade de extinção do crédito tributário, desde que prevista em lei.
- d) A compensação extingue o crédito tributário, dependendo de lei autorizativa.
- e) A decisão administrativa irreformável extingue o crédito tributário.

117. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade por infrações:

- a) A responsabilidade por infrações, como regra, independe da intenção do agente ou do responsável.
- b) A responsabilidade por infrações é sempre pessoal ao agente, independentemente de dolo ou culpa.
- c) A responsabilidade por infrações que decorram de dolo específico pode ser transferida para terceiros, com anuência do contribuinte.
- d) A responsabilidade por infrações é excluída se houver declaração do sujeito passivo antes do início da ação fiscal.
- e) A responsabilidade por infrações depende da efetividade e extensão dos efeitos do ato.

118. Uma empresa de construção civil adquiriu em hasta pública um imóvel com créditos tributários pendentes relacionados ao IPTU. Após a arrematação, a Fazenda Municipal tentou cobrar esses tributos do novo proprietário, alegando que os créditos tributários se sub-rogam na pessoa dos adquirentes, conforme o Código Tributário Nacional. Diante dessa situação, o arrematante deve:

- a) Pagar integralmente os tributos devidos pelo imóvel, pois os créditos tributários sempre se sub-rogam no adquirente.
- b) Recusar o pagamento, pois na arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o preço.
- c) Pagar os tributos devidos com desconto, já que a arrematação permite negociação dos valores devidos.
- d) Pagar os tributos sub-rogados no imóvel, salvo se houver prova de quitação no título da arrematação.
- e) Recusar o pagamento, pois a responsabilidade pelos tributos é sempre do proprietário anterior.

119. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta em relação ao tema “legislação tributária”:

- a) A legislação tributária aplica-se imediatamente apenas aos fatos geradores futuros.
- b) A lei pode retroagir para aplicar penalidade mais severa ao contribuinte.
- c) A analogia pode ser utilizada para criar nova obrigação tributária principal.
- d) A equidade pode ser utilizada para determinar a dispensa de um tributo previsto em lei.
- e) A legislação tributária dos Estados pode vigorar fora de seus territórios, nos limites dos convênios de que participem.

120. Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta sobre as taxas.

- a) As taxas podem ter como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a prestação de serviço público específico e indivisível.
- b) As taxas podem ter a mesma base de cálculo que o imposto desde que sejam instituídas pela mesma pessoa jurídica de direito público.
- c) As taxas podem ser instituídas apenas pela União.
- d) As taxas podem ser cobradas em razão de serviços públicos que sejam de utilização potencial.
- e) As taxas podem ser calculadas em função do capital das empresas, e também podem ter base de cálculo idêntica à de um imposto.

CONTABILIDADE

Sílvio Sande

121. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	- 200.000
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais:	
Depreciação	- 50.000
Salários (empregados próprios)	- 60.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Venda de carro	20.000
Receita antes do resultado financeiro	210.000
Despesas financeiras	- 40.000
LAIR	170.000
IRCS	- 57.800
Lucro Líquido	112.200

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.
- b) O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- c) O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- d) A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- e) A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

122. As informações abaixo serão utilizadas pelo contador para elaborar o fluxo de caixa da empresa Redenção.

Operação	Reais
Redução em fornecedores:	23.000
Aquisição de ativo imobilizado:	30.000
Aquisição de investimentos:	45.000
Aumento em impostos e contribuições a recolher:	19.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado:	7.600
Depreciação e amortização:	49.000
Empréstimos tomados:	80.000
Integralização de capital:	50.000
Lucro do Exercício:	25.000
Pagamentos de empréstimos – principal:	78.000
Redução em contas a receber :	30.000
Aumento nos estoques:	19.500
Resultado positivo da Equivalência Patrimonial:	17.000

Assinale a alternativa com o total do caixa líquido gerado nas atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto da empresa Redenção

- a) R\$ 39.600
- b) R\$ 57.000.
- c) R\$ 64.600.
- d) R\$ 71.100.
- e) R\$ 98.600.

123. Em 31/12/2021 a Cia. POA tinha 60% de participação da Cia. GRAMADO. Os balanços patrimoniais da Cia. POA e da Cia. GRAMADO, em 31/12/2021, eram os seguintes:

	Cia Maraba	Cia Santarém
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. GRAMADO vendeu o terreno para a Cia. POA por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/2021, considerando apenas essa operação.

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 1.200,00.
- c) R\$ 1.400,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.200,00.

124. Na análise dos estoques de uma empresa, o Contador Kazuo recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 500 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 500 de ativo não circulante (realizável a longo prazo);
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

Índice	valor calculado
Geral	2,0
Corrente	4,0
Seca	2,8
Imediata	0,5

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa será igual a:

- a) R\$ 200.
- b) R\$ 250
- c) R\$ 280
- d) R\$300
- e) R\$ 350

125. Ao analisarmos as demonstrações financeiras da empresa UCT S/A, percebemos que a relação entre as fontes de recursos é de 60%, pode-se concluir o endividamento geral dessa empresa será:

- a) 35,0%;
- b) 37,5%;
- c) 40,0%;
- d) 50,0%;
- e) 60,0%;

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

126. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as despesas públicas, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, podem ser classificadas em efetivas e não efetivas. Acerca dessa classificação, assinale a opção correta:

- a) as despesas não efetivas envolvem permutas que não afetam o patrimônio líquido, como a troca de ativos.
- b) as despesas efetivas aumentam as reservas de capital.
- c) as despesas efetivas constituem fatos contábeis modificativos aumentativos.
- d) a despesa não efetiva normalmente se enquadra como despesa corrente.
- e) a despesa com a aquisição de materiais para estoque é considerada uma despesa efetiva.

127. Segundo o art. 58 da Lei n. 4.320/1964, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Nesse contexto, pode-se afirmar corretamente que:

- a) no momento do empenho da despesa orçamentária é reconhecida uma obrigação patrimonial.
- b) A Lei n. 4.320/1964 refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira para fins de cálculo do superavit financeiro.
- c) O registro da obrigação patrimonial depende da execução orçamentária.
- d) No momento do empenho, a despesa é liquidada e o ativo é registrado.
- e) O empenho da despesa gera uma variação patrimonial diminutiva.

128. Considere os seguintes saldos em 31/12/20X2, ocorridos no Município Audazes dos Pampas:

- Receita corrente prevista: R\$ 5.000.000,00
- Receita corrente arrecadada: R\$ 4.800.000,00
- Receita de capital prevista: R\$ 2.000.000,00
- Receita de capital arrecadada: R\$ 1.800.000,00
- Despesa corrente fixada: R\$ 3.900.000,00
- Despesa corrente empenhada: R\$ 3.700.000,00
- Despesa de capital fixada: R\$ 2.500.000,00
- Despesa de capital empenhada: R\$ 2.300.000,00

Com base nesses dados, o resultado orçamentário do Município Audazes dos Pampas no exercício de 20X2 foi:

- a) Superávit de R\$ 600.000,00
- b) Superávit de R\$ 300.000,00
- c) Déficit de R\$ 200.000,00
- d) Superávit de R\$ 400.000,00
- e) Déficit de R\$ 100.000,00

129. Abaixo, são fornecidas informações sobre o saldo de contas patrimoniais do Município Audazes dos Pampas em 31/12/20X1:

Descrição	Valor (R\$)
Ativo Circulante	3.200.000,00
Ativo Não Circulante	5.800.000,00
Passivo Circulante	1.400.000,00
Passivo Não Circulante	3.600.000,00
Patrimônio Líquido	5.000.000,00

Ao final do exercício, foram apurados os seguintes montantes, em R\$, relativos às variações patrimoniais quantitativas do exercício de 20X1:

Variações Patrimoniais Aumentativas	2.500.000,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.700.000,00

Com base nas informações obtidas, é correto afirmar que o saldo do Patrimônio Líquido em 31/12/20X1, após o encerramento do resultado, é, em R\$, de:

- a) 5.800.000,00
- b) 5.900.000,00
- c) 5.000.000,00
- d) 5.700.000,00
- e) 6.300.000,00

130. Abaixo, são fornecidas informações sobre o saldo de contas patrimoniais do Município Audazes dos Pampas em 31/12/20X1:

Conta	Saldo (em R\$)
Ativo Circulante	600.000,00
Ativo Não Circulante	1.000.000,00
Passivo Circulante	950.000,00
Passivo Não Circulante	1.840.000,00
Máquinas	240.000,00
Ativo Financeiro	500.000,00
Ativo Permanente	1.000.000,00
Passivo Financeiro	779.000,00
Passivo Permanente	?
Atos Potenciais Ativos	500.000,00
Saldo Patrimonial	600.000,00

Com base nas informações obtidas, é correto afirmar que o saldo do Passivo Permanente em 31/12/20X1 é, em R\$, de:

- a) 0,00.
- b) 24.650,00
- c) 25.000,00
- d) 85.000,00
- e) 121.000,00

AUDITORIA

Guilherme Santanna

131. Analise as assertivas a seguir a respeito do planejamento de auditoria, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC TA 300):

I. Ao auditor cabe atualizar e alterar o plano de auditoria sempre que necessário no curso da auditoria; no entanto, a estratégia global não pode ser alterada.

II. Ao elaborar o plano de auditoria, o auditor deve incluir a descrição de procedimentos de auditoria planejados e necessários para que o trabalho esteja em conformidade com as normas de auditoria.

III. Visando orientar o desenvolvimento do plano de auditoria, o auditor deve estabelecer uma estratégia global de auditoria que defina, no mínimo, a estimativa de custo dos trabalhos da auditoria e um prazo razoável para conclusão dos trabalhos de campo.

Estão corretas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

132. As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem que: “Para determinado saldo de conta, tipo de transação ou divulgação, quanto maior for o _____ no nível das _____, maior será o julgamento envolvido no planejamento e na execução de procedimentos de auditoria e avaliação de seus resultados”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) problema / afirmações
- b) risco de detecção / demonstrações contábeis
- c) risco de distorção relevante / demonstrações contábeis
- d) risco de distorção relevante / afirmações
- e) alcance dos trabalhos / operações da entidade

133. É correto afirmar que:

- a) A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada por sua percepção das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações financeiras.
- b) Aplica-se o conceito de materialidade na avaliação do efeito de distorções não corrigidas sobre as demonstrações contábeis, mas não na formação da opinião no relatório do auditor, que deve considerar todas as distorções independentemente da materialidade.
- c) O conceito de materialidade sempre deve ser aplicado pelo auditor no momento do planejamento, e não na execução da auditoria.
- d) Somente se aplica o conceito de materialidade se os valores sob análise, em conjunto, forem superiores a 15% do montante do patrimônio líquido da entidade.
- e) Somente se aplica o conceito de materialidade se os valores sob análise, individualmente, forem superiores a 10% do montante do total do ativo.

134. Nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade que tratam da Evidência de Auditoria, especialmente a NBC TA 500 (R1), assinale a alternativa correta:

- a) A evidência de auditoria inclui apenas as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis.
- b) Adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria. A quantidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e pela qualidade da evidência de auditoria.
- c) Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião.
- d) A ausência de informações não pode se configurar como evidência de auditoria.
- e) Suficiência da evidência de auditoria é a medida da qualidade da evidência de auditoria, isto é, a sua relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor.

135. Entre os procedimentos de auditoria específicos definidos pelas normas técnicas, há um que consiste no exame de processo ou procedimento executado por outros, como, por exemplo, quando o auditor observa a contagem do estoque pelos servidores da entidade ou a execução de atividades de controle. Esse procedimento é definido nas Normas Brasileiras de Contabilidade como:

- a) Revisão analítica.
- b) Recálculo.
- c) Confirmação interna.
- d) Inspeção.
- e) Observação.

136. Conforme a NBC TA 505, tratando-se de Confirmações Externas, a Solicitação de Confirmação Negativa é definida como a:

- a) Solicitação de que a parte que confirma responda diretamente ao auditor apenas se discorda das informações fornecidas na solicitação.
- b) Situação na qual a parte que confirma não responde ou não responde de maneira completa a uma solicitação de confirmação positiva ou à devolução de uma solicitação de confirmação não entregue.
- c) Solicitação de que a parte que confirma responda diretamente ao auditor, indicando se concorda ou discorda das informações na solicitação, ou forneça as informações solicitadas.
- d) Resposta que indica uma diferença entre as informações para as quais se solicitou confirmação ou diferença entre os registros da entidade e as informações fornecidas pela parte que confirma.
- e) Evidência de auditoria obtida como resposta por escrito direta para o auditor de um terceiro (a parte que confirma), em papel, no formato eletrônico ou outro meio.

137. Sobre o uso das técnicas de estratificação e de amostragem com base em valores para a auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A estratificação e a seleção com base em valor são vedadas na auditoria envolvendo itens constantes em demonstrativos da Administração Pública.
- b) Ao executar os testes de detalhes, não costuma ser eficaz identificar a unidade de amostragem como unidades monetárias individuais que compõem a população.
- c) Os resultados dos procedimentos de auditoria aplicados a uma amostra de itens dentro de um estrato podem ser projetados para toda a população.
- d) O objetivo da estratificação é aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado sem aumentar o risco de amostragem.

e) A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população, dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características similares.

138. Nas atividades realizadas pelo Controle Interno junto à Secretaria de Obras do Município XPTO, foram identificados atos de manipulação de fatos na elaboração de registros contábeis da entidade.

As condutas descritas, segundo a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, enquadram-se no conceito de:

- a) Distorção.
- b) Risco operacional.
- c) Erro.
- d) Fraude.
- e) Apropriação indébita.

139. A utilização de auditores internos para executar procedimentos de auditoria, sob a direção, supervisão e revisão do auditor independente é chamada de.

- a) Assistência indireta.
- b) Assistência direta
- c) Auxílio sob demanda
- d) Consultoria
- e) Avaliação

140. Como deve ser a opinião do auditor em seu relatório quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e não generalizadas para as demonstrações contábeis?

- a) Abstenção de opinião.
- b) Opinião adversa.
- c) Opinião com ressalva.
- d) Opinião não modificada.
- e) Opinião sem ressalva.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL*Emerson Bruno*

141. Conforme previsto na Lei Orgânica de Porto Alegre, compete ao Município instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, que terá caráter:

- a) isonômico
- b) progressivo
- c) igualitário
- d) regressivo
- e) institutivo

142. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em regra, a pessoa física ou jurídica com infração não regularizada a qualquer dispositivo legal do Município não poderá receber benefício ou incentivo fiscal.
- b) A Câmara Municipal deve avaliar a cada legislatura os efeitos de disposição legal que conceda anistia, remissão, isenção ou qualquer outro tipo de benefício ou incentivo que envolva matéria tributária.
- c) Somente mediante Lei aprovada por dois terços será concedida anistia, remissão, isenção ou qualquer outro benefício ou incentivo que envolva matéria tributária ou dilatação de prazos de pagamento de tributo e isenção de tarifas de competência municipal.
- d) O Município deverá prestar informações ao Estado e à União, sempre que as obtiver, com vistas a auxiliar a fiscalização tributária estadual e federal a resguardar o efetivo ingresso de tributos nos quais tenha participação.
- e) Respeitados os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica, em leis complementares e ordinárias, e nas demais normas gerais de direito tributário, são tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, instituídos por Lei do Município.

143. Conforme a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, não compete ao Município instituir impostos sobre:

- a) Serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado, definidos em lei complementar federal.
- b) Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
- c) Propriedade predial e territorial urbana.
- d) Transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- e) Propriedade de Veículos Automotores.

144. Conforme previsão da Lei Orgânica do Municípios de Porto Alegre, pertence ao Município a participação no produto de arrecadação dos tributos federais e estaduais previstos na Constituição Federal e outros recursos adicionais que lhe sejam conferidos. Contudo, Não incide participação:

- a) sobre o produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- b) sobre o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- c) sobre o produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- d) produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- e) sobre a importação de produtos estrangeiros para seus respectivos territórios.

145. De acordo com a Lei Orgânica do Municípios de Porto Alegre, sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, marque a afirmativa CORRETA.

- a) Poderá o Município cobrar pedágio pela utilização de vias estaduais e federais por ele conservadas.
- b) Poderá o Município cobrar pedágio pela utilização de vias municipais por ele conservadas, quando presente o interesse público.
- c) Não poderá o Município cobrar pedágio pela utilização de vias por ele conservadas.
- d) É facultado ao Município cobrar pedágios de qualquer natureza nas vias municipais.
- e) Não poderá o Município cobrar pedágio pela utilização de vias por ele conservadas, exceto nos em bairros e distritos nos quais a cobrança seja revertidas em melhorias para as comunidades locais.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Henze

146. De acordo com a legislação tributária do município de Porto Alegre sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), qual é o momento de ocorrência do fato gerador quando há transmissão de bens imóveis ou cessão de direitos reais a eles relativos, formalizada por escritura pública?

- a) Na data do pagamento do imposto, independentemente da formalização do contrato.
- b) Na data da assinatura do contrato particular entre as partes envolvidas.
- c) Na data da lavratura da escritura pública que formaliza a transmissão ou a cessão de direitos.
- d) Na data em que o imóvel é registrado no Cartório de Registro de Imóveis.
- e) No momento em que o comprador toma posse do imóvel, independentemente da formalização.

147. Considerando a legislação tributária do município de Porto Alegre sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), qual é o prazo de validade da estimativa fiscal efetuada pela Administração Tributária para o cálculo do imposto, após a sua realização?

- a) 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação do requerimento.
- b) 120 (cento e vinte) dias, contados da data da lavratura da escritura pública.
- c) 180 (cento e oitenta) dias, contados da data em que a estimativa fiscal tiver sido realizada.
- d) 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão da guia de pagamento.
- e) 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da estimativa ao contribuinte.

148. De acordo com a legislação do município de Porto Alegre sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), qual é a alíquota genérica aplicável ao imposto?

- a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para todas as transmissões de bens imóveis.
- b) 1% (um por cento), exceto para financiamentos imobiliários residenciais.
- c) 2% (dois por cento) em todas as operações, salvo disposição contrária.
- d) 3% (três por cento), exceto nas hipóteses previstas de financiamentos imobiliários residenciais com disposição diversa.
- e) 5% (cinco por cento) para imóveis comerciais e 3% (três por cento) para imóveis residenciais.

149. De acordo com a legislação do município de Porto Alegre sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS), em quais situações a receita bruta poderá ser arbitrada pelo fisco municipal?

- a) Quando o contribuinte apresentar documentos fiscais regulares, mas estiver em débito com o ISS.
- b) Apenas quando o contribuinte for autônomo e não possuir contabilidade formal.
- c) Quando o contribuinte não exibir os elementos necessários à comprovação de sua receita, houver suspeitas de adulteração de documentos fiscais ou o contribuinte não estiver inscrito na Secretaria Municipal da Fazenda.
- d) Quando a Secretaria Municipal da Fazenda decidir revisar anualmente os valores declarados por todos os contribuintes.
- e) Somente quando o contribuinte estiver inscrito no Simples Nacional.

150. De acordo com a legislação do município de Porto Alegre, quem é responsável pelo pagamento da Taxa de Coleta de Lixo?

- a) Somente o proprietário do imóvel onde o lixo é coletado.
- b) O usuário de próprio municipal, o proprietário, titular de domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóvel que seja beneficiado, efetiva ou potencialmente, pelo serviço.
- c) Apenas os proprietários de imóveis comerciais localizados na área central do município.
- d) Exclusivamente os locatários que utilizam o imóvel para atividades econômicas.
- e) Qualquer pessoa que utilize os serviços públicos municipais, independentemente de ser proprietária ou possuidora de imóvel.

151. De acordo com a legislação do município de Porto Alegre, em que situação é devida a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA-POA)?

- a) Sempre que houver emissão de licença ambiental para qualquer tipo de empreendimento.
- b) Em razão da atuação do órgão ambiental municipal, que exerce o poder de polícia, desenvolvendo atividades permanentes de controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.
- c) Somente para empresas que realizam atividades de reciclagem e reutilização de materiais.
- d) Apenas nos casos em que há denúncias de infrações ambientais envolvendo atividades industriais.
- e) Exclusivamente quando ocorre o licenciamento de atividades de impacto ambiental significativo.

152. De acordo com a legislação tributária do município de Porto Alegre, qual é o prazo que o contribuinte possui para apresentar uma reclamação à Secretaria Municipal da Fazenda após a notificação do lançamento?

- a) 15 (quinze) dias, contados da data da notificação do lançamento.
- b) 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação do lançamento.
- c) 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do lançamento.
- d) 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de publicação da notificação no Diário Oficial.
- e) 60 (sessenta) dias, contados do final do mês em que ocorreu a notificação do lançamento.

153. Segundo a legislação do município de Porto Alegre, qual é o prazo que o Secretário Municipal da Fazenda possui para interpor recurso ao Plenário do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART) contra decisões não-unâнимes das Câmaras?

- a) 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação da resolução.
- b) 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da resolução.
- c) 20 (vinte) dias, contados da data de notificação da resolução ao Defensor da Fazenda.
- d) 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da resolução ao Defensor da Fazenda.
- e) 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da homologação da resolução pelo Prefeito Municipal.

154. De acordo com a legislação do município de Porto Alegre, como é determinada a zona urbana do Município?

- a) Por decreto do Prefeito Municipal, emitido anualmente.
- b) Por decisão do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART).
- c) Por resolução da Secretaria Municipal da Fazenda.
- d) Por meio de lei especial.
- e) Por consulta pública realizada junto aos moradores das áreas em questão.

155. De acordo com a Lei Complementar Nº 928, de 27 de dezembro de 2021, que institui o Programa Municipal de Estímulo à Conformidade Tributária - Em Dia com Porto Alegre, qual dos seguintes princípios **não** está mencionado como inspirador para a implementação das medidas previstas no programa?

- a) Simplificação e modernização do sistema tributário municipal.
- b) Boa-fé e previsibilidade de condutas.
- c) Participação cidadã e controle social.

d) Segurança jurídica.

e) Publicidade e transparência.

156. Segundo a Lei Nº 13.028, de 11 de março de 2022, do município de Porto Alegre, em que momento as partes podem desistir da mediação tributária?

- a) Somente antes do início de qualquer sessão de mediação.
- b) A qualquer momento, mesmo após a celebração do acordo conclusivo.
- c) A qualquer momento, desde que antes da celebração do acordo conclusivo, formalizado em termo de entendimento homologado.
- d) Somente após a notificação da decisão final da Câmara de Mediação e Conciliação Tributária.
- e) A qualquer momento, desde que com a aprovação do Procurador-Geral do Município.

157. Conforme a Lei Nº 13.028, de 11 de março de 2022, do município de Porto Alegre, o que ocorre com os prazos dos processos administrativos quando é instaurado o procedimento de mediação tributária?

- a) Os prazos dos processos administrativos são prorrogados automaticamente por 60 (sessenta) dias para ambas as partes.
- b) Os prazos permanecem inalterados e devem ser cumpridos normalmente, independentemente da mediação.
- c) Os prazos dos processos administrativos são suspensos por até 30 (trinta) dias, para a prática de atos pelo contribuinte e pela Fazenda Pública.
- d) Apenas os prazos para a Fazenda Pública são suspensos por até 15 (quinze) dias.
- e) Os prazos são anulados, e um novo calendário é estabelecido pela Câmara de Mediação e Conciliação Tributária.

158. De acordo com a Lei Complementar Nº 530, de 22 de dezembro de 2005, do município de Porto Alegre, a concessão do incentivo fiscal do PROESPORTE é restrita a quais tributos?

- a) ISSQN e ITBI.
- b) IPTU e IPVA.
- c) ISSQN e IPTU.
- d) IPTU e ICMS.
- e) ITBI e ICMS.

159. Conforme a Lei Complementar Nº 530, de 22 de dezembro de 2005, do município de Porto Alegre, qual procedimento é obrigatório para o contribuinte que deseja integrar o PROESPORTE mediante o financiamento de projetos selecionados?

- a) Obter autorização do Conselho Municipal de Esportes de Porto Alegre.
- b) Realizar um pagamento prévio de ISSQN e IPTU.
- c) Submeter-se ao procedimento de verificação fiscal realizado pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF).
- d) Apresentar um relatório anual de atividades esportivas ao Prefeito Municipal.
- e) Participar de uma consulta pública organizada pela Prefeitura de Porto Alegre.

160. De acordo com o Decreto Nº 20.473, de 18 de fevereiro de 2020, do município de Porto Alegre, qual é o número máximo de parcelas mensais permitidas para o pagamento de créditos tributários e não tributários?

- a) 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.
 - b) 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas.
 - c) 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas.
 - d) 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas.
 - e) 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>